

Todo ano o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza sessão extraordinária para apreciar as Contas do Presidente da República do Brasil, o que faz por meio de relatório e parecer prévio. Essa é uma das competências constitucionais mais importantes – senão a maior – atribuídas a esta Corte de Contas, uma vez que a análise técnica permite que a população brasileira conheça os efetivos resultados alcançados pela Administração Pública no ano que passou.

A apreciação das Contas de Governo é um instrumento de transparência que possibilita ao cidadão a cobrança por melhores resultados em setores nos quais os objetivos não foram atingidos adequadamente.

Resultados e Impactos esperados com o Relatório de Contas de Governo



Embora o TCU exista há 122 anos, a competência para apreciar as contas do Presidente da República somente foi atribuída a esta Corte pela Constituição de 1934. Esta é, portanto, a 77ª vez que o TCU exerce essa atribuição, com a peculiaridade de ser a primeira vez que uma mulher tem suas contas analisadas na condição de Presidente da República. As Contas em análise representam o exame do primeiro ano da administração da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff.

É o Congresso Nacional (CN) que tem a competência constitucional para julgar as Contas do Presidente da República do Brasil. O TCU, como órgão autônomo e auxiliar ao CN, possui importante missão de subsidiar esse julgamento, por meio de relatório e parecer prévio. A análise realizada pelo TCU envolve os mais variados aspectos que se relacionam com a gestão pública, sejam eles econômicos, contábeis, patrimoniais, orçamentários, financeiros ou operacionais.

A cada ano o Presidente da República envia ao Congresso Nacional a sua prestação de contas relativa ao exercício anterior. O envio tem de ser feito no prazo máximo de 60 dias a contar do início da sessão legislativa (2 de fevereiro). É o Congresso que remete essa prestação de contas ao TCU para que, também no prazo máximo de sessenta dias após seu recebimento, faça uma minuciosa avaliação técnica, que resultará no parecer prévio.

O processo envolve um ministro relator, que é escolhido mediante sorteio realizado entre os membros do Colegiado. Para relatar as contas de 2011, o relator sorteado foi o ministro José Múcio Monteiro. Além das informações fornecidas pelo Presidente da República, o relator se fundamenta, ainda, em ações de controle realizadas pelas unidades técnicas que compõem a Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal. A unidade responsável por assessorar o ministro relator na consolidação do relatório é a Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

O TCU emite parecer pela regularidade, regularidade com ressalva (quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário) ou irregularidade das contas.

A apreciação é feita em **sessão pública extraordinária**. Em seguida, o TCU restitui ao Congresso Nacional as Contas do Presidente da República acompanhadas do parecer prévio aprovado pelo Plenário. Dessa maneira, o Tribunal fornece elementos técnicos para o julgamento político das Contas.

O ministro relator sugeriu o tema sustentabilidade do crescimento para o relatório das contas relativas a 2011.

No relatório, constam as seguintes análises: demonstrações contábeis da União, desempenho da economia brasileira no período observado, as receitas e despesas do exercício. É apresentada, ainda, análise sobre a ação setorial do Governo, segregada por funções de governo. Anualmente, é também escolhida uma área temática, por proposta do ministro relator, na qual se procura evidenciar trabalhos relevantes do TCU. Por fim, consta o acompanhamento das recomendações feitas pelo TCU no relatório do ano anterior àquele em análise, a conclusão, o parecer prévio, manifestações do Colegiado e o acórdão.

Para o relatório das contas relativas a 2011, o ministro relator sugeriu o tema sustentabilidade do crescimento, em razão da preocupação com os meios necessários para se garantir um crescimento sustentável ao longo do tempo, capaz de alavancar o desenvolvimento do País. Nesse sentido, procurou-se avaliar a atuação do governo para superar ou minimizar possíveis gargalos em áreas fundamentais para viabilizar esse crescimento – economia, infraestrutura (considerando o impacto do PAC e da Copa do Mundo de 2014), meio ambiente, desenvolvimento regional, ensino profissionalizante e pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Neste ano, além do relatório, foi elaborada uma coletânea com temas de destaque nos relatórios de 2007 a 2011, reunidos em um caderno especial. São tópicos de elevada significância e recorrentemente avaliados pelo TCU, mas que ainda carecem de aperfeiçoamento e merecem atenção tanto dos agentes públicos como de toda a sociedade.

Estas fichas-síntese visam a destacar alguns pontos contidos no relatório completo. Chamam atenção para o que foi destaque na gestão. O conteúdo está disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/contasdogoverno.

Boa leitura.

Fluxo de Elaboração do Relatório das Contas do Governo da República

